

## Sumário

<b>Editorial</b> .....	7
------------------------	---

### **DOCTRINA**

#### **Artigos**

A proteção do consumidor como princípio da ordem econômica na Constituição de 1988

<b>Ana Claudia Loyola da Rocha, Rodrigo Pironti Aguirre de Castro</b> .....	11
1 Introdução .....	12
2 As transformações do constitucionalismo liberal e seus reflexos na ordem econômica .....	13
3 A intervenção do Estado na atividade econômica e a tutela dos consumidores antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 .....	16
4 A defesa do consumidor como garantia fundamental e princípio da ordem econômica na Constituição Federal de 1988 .....	19
5 A edição do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90 .....	22
6 Conclusões .....	26
Referências .....	28

A administração consensual como a nova face da Administração Pública no século XXI: fundamentos dogmáticos, formas de expressão e instrumentos de ação

<b>Gustavo Justino de Oliveira, Cristiane Schwanka</b> .....	31
1 Introdução .....	32
2 Estado em rede e governança pública .....	34
3 Administração consensual: concepção teórica e fundamentos dogmáticos .....	37
4 Formas de expressão e instrumentos de ação da administração consensual .....	42
5 Considerações finais .....	48
Referências .....	49

Clonagem humana reprodutiva: uma análise à luz da Constituição brasileira de 1988

<b>Anderson Sant'Ana Pedra</b> .....	51
1 Introdução .....	51
2 O "admirável" mundo novo .....	53
3 A experiência científica com seres humanos .....	55
3.1 Princípios ético-jurídicos da experimentação científica .....	56
4 A força normativa da Constituição .....	61
5 O princípio da dignidade da pessoa humana .....	62
6 A clonagem .....	66
6.1 A clonagem humana reprodutiva .....	68
7 Limites à clonagem humana reprodutiva pela Constituição brasileira de 1988 .....	68

8	Considerações finais .....	72
	Referências .....	74

#### Jurisdição constitucional, democracia e liberdade de expressão: análise do caso Ellwanger

<b>Cláudia Honório, Heloísa Krol</b> .....	77
Introdução .....	77
1 A jurisdição constitucional no Estado Democrático de Direito .....	78
2 O caso Ellwanger .....	83
3 Os votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal .....	84
4 A liberdade de expressão num contexto democrático .....	87
5 Considerações finais .....	90
Referências .....	91

#### Articulación de los ordenamientos local y estatal y autonómico en España

<b>José Luis Meilán Gil</b> .....	93
1 Ordenamiento local y contexto político .....	93
2 Las entidades locales como elementos estructurales del Estado .....	95
3 La autonomía, pieza clave .....	98
4 Intereses propios y pluralismo ordinamental .....	103
5 Tensiones Estado – CC.AA. en la configuración del régimen local .....	105
6 Revalorización constitucional de las entidades locales .....	110

#### O devido processo administrativo na execução de termo de ajustamento de conduta

<b>Carlos Ari Sundfeld, Jacintho Arruda Câmara</b> .....	115
1 Devido processo administrativo na execução de TAC .....	115
2 Direito de acompanhar as diligências administrativas .....	116
3 Direito à intimação para esclarecimentos ou ajustes .....	118
4 Conclusão .....	120

#### Racionalidade econômica e racionalidade jurídica na Constituição de 1988

<b>Fernando Borges Mânica</b> .....	121
1 Estado moderno, racionalidade e eficiência .....	121
2 Direito versus Economia .....	123
3 Análise Econômica do Direito .....	125
4 Princípios, razoabilidade, racionalidade econômica e ordem jurídica do mercado ..	128
5 Conclusão .....	131
Referências .....	131

#### O princípio da motivação dos atos administrativos: regra meramente formal ou pressuposto substancial de validade dos atos?

<b>Júlio Herman Faria</b> .....	133
1 Introdução .....	133
2 Regra essencial e direito fundamental do cidadão .....	134
3 Palavras vazias ou verdade jurídica .....	141

4 Conclusão .....	144
Referências .....	145

Notas atuais sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF)

<b>Célio Armando Janczeski</b> .....	147
Introdução .....	147
Previsão constitucional .....	148
Arguição autônoma ou incidental .....	150
Controvérsia constitucional concreta .....	152
Controvérsia relevante <i>versus</i> preceito fundamental .....	153
Princípio da subsidiariedade .....	155
Políticas públicas .....	158
Conclusão .....	161

A atuação econômica estatal direta: hipóteses e regimes jurídicos (a propósito dos arts. 173 e 175 da Constituição da República)

<b>Luiz Gustavo Kaercher Loureiro</b> .....	163
Introdução .....	164
1 Fundamentos, fim, ditames e princípios da ordem econômica .....	164
1.1 O art. 170 da Constituição da República .....	164
1.2 As competências "clássicas": regulação, fiscalização e fomento (art. 174) .....	168
2 Atuação econômica estatal direta .....	169
2.1 O critério de seleção dos casos de atuação econômica estatal direta na Constituição .....	169
2.2 Elementos genéricos caracterizadores de toda e qualquer atuação econômica estatal direta .....	170
3 A atuação direta – a dinâmica conceitual dos arts. 173 e 175 .....	172
4 As atividades econômicas relacionadas com "imperativos da segurança nacional" e "relevante interesse coletivo" (Grupo A) .....	174
5 As atividades econômicas atribuídas pela Constituição ao Estado (Grupo B) .....	178
5.1 Casos de atribuição sem qualificação (Subgrupo B.1) .....	178
5.2 Casos (expressos) de serviços públicos (Subgrupo B.2) .....	180
5.3 Casos de atribuição com parcial indicação do regime jurídico (Subgrupo B.3) .....	180
6 Os serviços públicos: definição, regime jurídico .....	189
7 As relações .....	196
7.1 Serviços públicos e atividades econômicas estatais que atendam a imperativo de segurança nacional e relevante interesse público .....	197
7.2 Serviços públicos e as atividades econômicas atribuídas ao Poder Público pela Constituição – A função do conceito de serviço público e o espaço do legislador ordinário .....	198

Notas acerca da Portaria nº 264/07 do Ministério da Justiça: regular conteúdo é censura?

<b>Sérgio L. B. F. Reis</b> .....	201
Introdução .....	201
1 Censura .....	203

2	A televisão .....	204
3	A origem da classificação indicativa e a experiência norte-americana .....	206
4	Fundamento da classificação indicativa no Brasil .....	209
4.1	Publicidade infantil .....	211
5	Legitimidade da classificação indicativa .....	213
6	Perspectivas para a classificação indicativa .....	215
	Conclusão .....	216
	Referências .....	216

#### Políticas públicas: considerações gerais e possibilidade de controle judicial

<b>Carolina de Freitas Paladino</b> .....	219	
1	Introdução .....	219
2	Conceito de políticas públicas .....	220
3	Limites à escolha de políticas públicas .....	222
4	Teoria da reserva do possível e o mínimo existencial .....	224
5	Controle judicial das políticas públicas .....	227
6	Conclusão .....	236
	Referências .....	237

#### Parecer

##### O auxílio funeral e os sujeitos beneficiários

<b>Flavio Flores da Cunha Bierrenbach</b> .....	243
---	-----

<b>Índice</b> .....	251
---------------------	-----

<b>Instruções para os autores</b> .....	255
---	-----